

PMDB trata, em São Paulo, da ação comum das oposições

O presidente nacional do PMDB, deputado Ulisses Guimarães, reuniu-se ontem, em São Paulo, com o senador Teotônio Vilela e com o suplente de senador paulista Fernando Henrique Cardoso e com ex-vice-governador fluminense Rafael de Almeida Magalhães (todos do PMDB) para acertar os detalhes do programa em comum a ser desenvolvido pelos partidos oposicionistas brasileiros.

Magalhães, que já se encontrou no Rio de Janeiro com o senador Tancredo Neves (PP) e com o ex-governador Leonel Brizola (PDT), está preparando um documento comum a todos os partidos de oposição, no qual será traçado um programa mínimo de ação conjunta, cuja principal meta é a luta pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte.

Segundo o deputado Ulisses Guimarães, além da convocação da Constituinte, discutiu-se também como organizar a luta "pela revogação das leis de exceção que vigoram no País, principalmente da Lei de Segurança Nacional. O documento que está sendo preparado por Rafael de Almeida Magalhães ainda não está pronto mas, quando concluído, deverá ser analisado e debatido por todos os presidentes dos partidos oposicionistas".

A fusão, segundo o parlamentar paulista, "não foi discutida em momento algum. Cada partido está sendo consultado separadamente, da mesma forma como estão sendo feitas as reuniões. O PMDB continua sua campanha pela convocação da Constituinte, que apenas foi amenizada com a vinda do Papa ao Brasil. Depois de seu retorno ao Vaticano ela será intensificada".

O suplente de senador Fernando Henrique Cardoso endossou as afirmações de Ulisses Guimarães, descartando a hipótese da fusão dos partidos oposicionistas e ressaltando que "o que existe é a idéia da unificação da ação desses partidos".

"Nós entendemos — disse ele — que há dois pontos básicos que devem ser discutidos. Em primeiro lugar, o estabelecimento de um calendário para a redemocratização do País, até se chegar à convocação da Constituinte. Em segundo lugar, encontrar a fórmula para evitar que o preço da crise que o País atravessa seja pago pelas classes assalariadas."

Segundo Fernando Henrique, "o segundo ponto se conseguiria com o estabelecimento da negociação direta entre os patrões e empregados e com o restabelecimento das liberdades sindicais".